

Mais uma década perdida na economia

Se nos anos 80 o crescimento médio do país chegou a apenas 2,31%, nos anos 90 a situação é pior: o PIB ficará em 1,22%

Ricardo Leopoldo
Da equipe do Correio

São Paulo — As manhãs para Girz Aronson, 82 anos, um dos comerciantes mais famosos de São Paulo, começam às 6h15 num nostálgico passeio de bicicleta pelo centro velho da cidade. Depois de pedalar 40 minutos, sua linha de chegada é o número 44 da rua Conselheiro Crispiniano, endereço da matriz da rede G.Aronson.

A empresa cresceu de 12 para 33 lojas entre 1979 e 1998. Hoje, tem dez. O faturamento mensal há dois anos chegou a R\$ 20 milhões. A crise econômica, desemprego e inadimplência reduziram o número para R\$ 3 milhões. “Há 20 anos, tinha calos nos dedos de tanto emitir notas de vendas”, afirma. “Agora estou na segunda concordata. Meu fim está próximo. Não escapo da falência”.

As dificuldades enfrentadas pelo comerciante são um reflexo do constante sobe-e-desce da economia que ocorre há duas décadas. Os anos 80 — período entre 1981 e 1989 — foram chamados de “década perdida”. Registraram crescimento médio baixo, de 2,32% ao ano. Contudo, entre 1990 e 1999, o Brasil deverá apresentar resultado ainda pior.

A expansão média será de 1,22%, pois inclui a projeção para este ano de queda de 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB — a soma das mercadorias e bens produzidos no país em 12 meses). “Como o aumento da população é maior do que essa taxa de expansão da economia, o País está ficando mais empobrecido”, comenta Jorge Matoso, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). “É a primeira vez na história que isso ocorre.”

O precário desempenho da economia na década de 90 foi marcado, segundo o ex-ministro do Planejamento Roberto Campos, por dois graves erros. “O primeiro desastre foi o confisco da poupança promo-

vido em 1990 pela esquizofrênica administração Collor. O País mergulhou em recessão por três anos”, afirma.

“O segundo equívoco foi cometido no atual governo. O câmbio sobrevalorizado durante três anos, combinado com a abertura comercial, promoveu um subsídio sem propósito às importações”, diz Campos. “Essa medida derrubou a economia e aumentou o desemprego sem nenhuma utilidade.”

Estimativas do Ministério do Trabalho mostram que entre 1994 e 1998 as empresas demitiram muito mais que contrataram. Registraram saldo negativo de um milhão de vagas. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apurou que a maioria dos cidadãos ocupados (49%) estão na economia informal, composta por pessoas sem registro em carteira e que atuam por conta própria. No ano passado, 46,3% dos brasileiros em atividade eram assalariados com carteira assinada.

MODELO

Na opinião de Jorge Matoso, a evolução do desemprego está vinculada ao modelo de desenvolvimento adotado pelo governo. “O País cresceu, mas não criou mais postos de trabalho”, comenta.

É errado atribuir os pecados da abertura comercial ao atual governo. Ela surgiu com grande força pelas mãos do ex-presidente Fernando Collor de Mello, que chamou os carros brasileiros de “carroças”. Deposto por impeachment, Collor deixou o poder e levou o País a uma inflação de 1.158% ao ano.

“O confisco da poupança, com gradual liberação do dinheiro do público pelas *torneirinhas*, não acabou com a indexação da economia. A desconfiança generalizada na sociedade promoveu uma forte procura por proteção. Quem podia, remarcava os preços, ou adquiria ati-

Marcos Fernandes



Aronson: “Agora estou na segunda concordata. Não escapo da falência”

vos vinculados à variação dos juros e do dólar”, analisa Luiz Gonzaga Belluzzo, ex-secretário especial de Acompanhamento Econômico do governo Sarney.

No governo Collor, em 1991, começou a se preparar no país as condições básicas para derrubar a inflação com a âncora cambial (atrelar a moeda ao dólar). O Banco Central promoveu em outubro daquele ano desvalorização de 14% da moeda.

Armínio Fraga Neto, atual presidente do Banco Central, pilotou a operação quando ocupava o cargo

de diretor de Assuntos Internacionais da instituição. Ele também foi um dos principais responsáveis pela desregulamentação do sistema financeiro. Naquela época, em pouco mais de um ano o volume de reservas pulou de US\$ 7 bilhões para US\$ 23 bilhões. A engorda foi provocada pelo maior ingresso de capitais, que vieram depois do fim da recessão norte-americana.

Nessas duas décadas, a economia cresceu quando havia bons fluxos de investimentos estrangeiros e diminuição das restrições comerciais. A

economia caiu 0,8% em 1992, mas melhorou e alcançou os 4,2% no ano seguinte. A inflação, contudo, estava descontrolada. Bateu em 2.708% ao final de 1993. Três meses depois, o governo adotou a Unidade Real de Valor (URV). “A URV foi muito importante porque conseguiu sincronizar todos os preços num único índice”, comenta Belluzzo.

REAL

Em julho de 1994, com a economia mais estável, o governo lançou o real. Para o professor Luis Roberto Cunha, PUC-RJ, além de derrubar o custo de vida, a nova moeda trouxe outro grande benefício ao país: crescimento consecutivo durante quatro anos, fato que não ocorria há duas décadas.

“Acho que a história do Brasil, nesse período, tem dois momentos: do início dos anos 80 e até o real havia alta inflação, indexação e pequenos surtos de expansão da economia”, afirma. “A partir do governo FHC, o País mostra vigor: se moderniza, especialmente com a maior inserção comercial, embora tenha sido feita de forma inadequada.”

A inserção comercial “inadequada” trouxe resultados financeiros negativos ao País. O ex-ministro Delfim Netto afirma que desde a implementação do real, o Brasil registrou um déficit de US\$ 112 bilhões nas transações correntes, a soma de todas as operações internacionais.

No período, a dívida pública saltou de 29% para 42% do PIB, o equivalente a R\$ 388 bilhões. “O governo dobrou o buraco entre as receitas e despesas por causa dos juros altos. Ficamos muito vulneráveis a capitais voláteis, que não trazem empregos. A política monetária protegeu a equivocada âncora cambial e quebrou o setor produtivo”, comenta.

A indústria foi um dos setores que mais sentiu a estagnação da economia nas duas últimas décadas. Segundo Mário Bernardini, vice-presidente do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), em 1980 o País investiu 5,6% do PIB em máquinas. Dez anos depois, a aplicação caiu pela metade, 2,8%. Em 1994, a taxa baixou para 2,2% e vem se mantendo constante.